

BOLETIM INFORMATIVO

CAO.EDUCAÇÃO

Julho /2022



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO



APRESENTAÇÃO

O Centro de Apoio Operacional de Educação tem como papel essencial prestar apoio técnico às (aos) procuradoras (es) e promotoras (es) de Justiça, bem como às (aos) servidoras (es) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio de análises técnicas, pesquisas, elaboração de peças e minutas de projetos, relacionadas à área educacional, proporcionando atuação eficiente e resolutiva.

SUMÁRIO

AÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO.....	4
NOTÍCIAS DE OUTROS MP'S.....	5
NOTÍCIAS do MPF.....	13
NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES.....	15
NOTÍCIAS DIVERSAS.....	17
NOVIDADES LEGISLATIVAS.....	22

EQUIPE CAO-EDUCAÇÃO

Miguel Shessarenko Júnior – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO-Educação

Patrícia Eleutério Campos Dower - Promotora de Justiça e Coordenadora do CAO-Educação

Carin Luciane de Azevedo – Assistente Ministerial

Juliana Aiko Yoshimura de Vasconcellos – Auxiliar Ministerial

NOTÍCIAS DO MPMT



[Cursos de mediação escolar e círculos de paz são lançados](#)

Um levantamento da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-MT) apontou que o índice de violência nas escolas aumentou após o retorno das atividades presenciais. Em 2022, 78% das 700 escolas da rede estadual registraram casos de violência. Em 2019, a taxa era de 69%. Visando prevenir essa prática e reduzir esses números, foram oficialmente lançados nesta segunda-feira (06) os cursos “Mediação de conflitos escolares” e “Facilitadores de círculos de construção de paz”, que devem beneficiar 48 profissionais da educação em Cuiabá e Várzea Grande este ano.

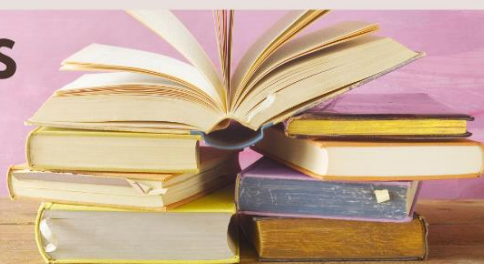


[Cursos de Mediação de Conflitos Escolares serão lançados nesta segunda](#)



O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado de Educação realizam nesta segunda-feira (06), às 14h, no auditório das Promotorias de Justiça de Cuiabá, o lançamento dos cursos de Mediação de Conflitos Escolares e Facilitadores de Círculos de Construção de Paz. O evento é destinado a gestores das unidades escolares dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. A discussão ocorrerá de forma híbrida, com transmissão ao vivo pelo canal do MPMT do Youtube.

NOTÍCIAS DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS



[MPPB ajuíza ação para garantir ensino presencial em 2 escolas que permanecem no ensino remoto](#)

O Ministério Público da Paraíba (MPPB) ajuizou uma ação civil pública contra o Município de Bayeux, requerendo a concessão de tutela de urgência para obrigá-lo a providenciar, no prazo de 20 dias, o retorno 100% presencial das aulas para os alunos das escolas municipais de ensino fundamental (EMEF) Jaidê Rodrigues e Petrônio de Figueiredo, as únicas da rede que ainda permanecem no ensino remoto.

[MPPE se reúne com Secretaria de Educação de Pernambuco por ações de apoio psicossocial na rede de ensino no Recife](#)

Diante do registro de crises de ansiedade envolvendo alunos de pelo menos três escolas estaduais localizadas no Recife, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) promoveu videoconferência com integrantes da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE) para obter informações sobre as iniciativas adotadas pelo poder público a fim de assegurar o suporte psicológico e emocional aos estudantes.

[TJ atende pedido do MPPB e julga inconstitucional lei sobre matrícula na pré-escola e no ensino fundamental](#)

O Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 0803337-77.2017.8.15.0000, interposta pelo Ministério Público Estadual (MPPB), e declarou, por unanimidade, a inconstitucionalidade da Lei Estadual 10.521/2015, que dispõe sobre a idade mínima para matrícula nos ensinos pré-escolar e fundamental.

[MPMA acompanha caso de criança que teve cabelo raspado em escola](#)

O Ministério Público do Maranhão, por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Vitorino Freire, está acompanhando a situação de uma criança que teve o cabelo raspado, sem o seu consentimento, por um coordenador da Escola Cleonice Rocha Lima Rodrigues.

[MP-AP realiza audiência com Secretarias de Estado da Educação, da Segurança Pública e Comando da PM/AP para tratar de intrusões/invasões nas escolas](#)

Ministério Público do Amapá, por meio da Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (PJDE) e Centro de Apoio Operacional da Educação (CAO-EDU), reuniu-se com a Secretaria de Estado da Educação do Amapá (Seed), Secretaria de Justiça e Segurança Pública (Sejusp) e Comando-Geral da Polícia Militar do Amapá (PM-AP). O intuito foi ouvir as entidades para imprimir ações imediatas sobre as repetidas intrusões nas escolas, o que vem gerando severo abalo à segurança pública nesses estabelecimentos de ensino.

[MPCE ajuíza ação para Município de Novo Oriente adaptar ônibus para alunos com deficiência](#)

O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), por meio da Promotoria de Justiça de Novo Oriente, ingressou com uma Ação Civil Pública (ACP) em desfavor do Município para que a Administração providencie um ônibus adaptado com elevador para transporte de alunos com deficiência até o Campus de Crateús da Universidade Federal do Ceará (UFC). O MPCE ajuizou a ação após um estudante universitário que tem distrofia muscular progressiva e que reside em Novo Oriente informar ao MP que a Prefeitura não estava mais disponibilizando o ônibus adaptado para o deslocamento até Crateús.

[MPPA realiza reunião para tratar da regularização dos Conselhos Escolares das escolas do Estado](#)

Na ocasião, foram levantados e debatidos os principais problemas, apresentados por Conselheiros, que dificultariam a regularização dos Conselhos Escolares. Ao término, foi deliberado que seria criado um grupo, em plataforma virtual, formado por representantes das entidades que participaram do encontro, para continuar tratando da temática, inclusive monitorando e fiscalizando a adoção das providências que foram definidas na reunião.

MPRJ debate mediação de conflitos e redução da violência escolar com representantes de colégios estaduais

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da Coordenadoria de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo (CEMEAR/MPRJ), participou de encontro com representantes dos colégios estaduais Duque Costa, Jardim Meriti e Rubens Farrulla, todos localizados em São João de Meriti, e com membros dos Conselhos Tutelares daquele município.

Ribeirão Preto deverá publicar recomendação de Promotoria sobre plano de educação

Em ação civil pública ajuizada pelo MPSP, a Justiça decidiu liminarmente que a administração de Ribeirão Preto deverá, em 24 horas, publicar a recomendação expedida pela Promotoria de Justiça visando à implementação do Plano Municipal de Educação. No mesmo prazo, a prefeitura fica obrigada a indicar os motivos pelos quais decidiu não atender às orientações citadas pelo Ministério Público.

MPPE recomenda implementação do reajuste do piso salarial dos profissionais da educação

Após ser comunicado pelo Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Ribeirão de que o município não aplicou o reajuste determinado por lei para o piso salarial nacional dos profissionais da educação, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) recomendou ao prefeito e ao secretário de Educação de Ribeirão implementar imediatamente a recomposição vencimental. Os agentes públicos devem encaminhar à Promotoria de Ribeirão, em até 15 dias, informações sobre o cumprimento das providências recomendadas.

Município de Juazeiro é acionado para corrigir irregularidades em unidade de ensino

Na ação, a promotora de Justiça Rita de Cássia Rodrigues de Souza informa que a unidade de ensino “tem condições insatisfatórias de funcionamento com relação às obrigações sanitárias, de saúde pública e de segurança coletiva”. Ela solicita à Justiça que determine ao Município que promova a recuperação e manutenção da unidade de ensino, com adaptações e aquisição de equipamentos imprescindíveis ao adequado funcionamento de acordo com as normas estabelecidas pelo Sistema de Vigilância Sanitária.

[MPRJ instaura procedimentos para verificar condições de atendimento a alunos autistas nas redes públicas de ensino de Macaé e Rio das Ostras](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Macaé, instaurou dois procedimentos administrativos com o objetivo de apurar a existência de prejuízos aos alunos com transtorno de espectro autista matriculados nas redes municipais de ensino de Macaé e Rio das Ostras, decorrentes da carência de acompanhamento especializado no contexto escolar, além da falta de transporte escolar.



[MPPA realiza inspeção em escolas da rede pública](#)

O objetivo das inspeções foi fazer um levantamento de demandas que chegam à Promotoria de Abaetetuba, acerca da falta de condutas inclusivas nas escolas, falta de adaptação dos materiais, ausência de encaminhamento de laudos para fins de assegurar o Atendimento Educacional Especializado, o que tem provocado a evasão escolar de alunos com deficiência, sem a devida notificação dos órgãos competentes.

[Falta de vagas e de profissionais nas escolas: MP-AP reúne com secretarias de educação do Estado e Município de Santana para resolver demandas](#)

O Ministério Público do Amapá (MP-AP), por meio das 1ª e 2ª Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude (PJIJ) de Santana, promoveu de forma virtual, reunião com os representantes da Secretaria de Estado de Educação do Amapá (Seed) e da Secretaria Municipal de Educação de Santana (Seme). Durante o encontro on-line, o MP-AP visou uma nova tentativa de solucionar extrajudicialmente as demandas de falta de vagas escolares na rede pública de ensino e a carência de profissionais de apoio especializado para atender alunos com deficiência.

[Autocomposição – MPSE promove Círculos de Construção de Paz com vítimas de violência doméstica e alunos de escolas municipais em Itabaianinha](#)

O Ministério Público de Sergipe, por meio da Promotoria de Justiça de Itabaianinha, está promovendo Círculos de Construção de Paz com vítimas de violência doméstica e alunos de escolas municipais. O Tribunal de Justiça de Sergipe implantou no

Município o projeto-piloto de Justiça Restaurativa com pré-círculos e círculos nos processos judiciais. A Promotoria de Justiça tem coordenado os círculos não conflitivos extrajudiciais.

[MPRN consegue determinação judicial para o Estado tornar acessíveis 16 escolas](#)

O Governo do Estado terá que promover as intervenções necessárias para adequar 16 escolas estaduais localizadas em Mossoró às normas de acessibilidade para



peessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Essa foi uma determinação judicial conseguida pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) em duas ações civis públicas (ACPs) junto à 3ª Vara da Fazenda Pública de Mossoró. O Estado tem um prazo de 24 meses para cumprir as sentenças.

[MPRJ denuncia três educadoras por maus-tratos contra criança em creche](#)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), por meio da 2ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal Territorial da área Ilha do Governador e Bonsucesso, denunciou três educadoras por maus-tratos contra uma criança de três anos dentro da creche-escola Tempo de Construir, em Ramos, Zona Norte do Rio. A investigação apurou que rotineiramente o menino era mantido em sua cadeira especial por horas, privado de alimentação e cuidados básicos. As denunciadas são a diretora/proprietária e duas professoras da unidade.

[Educação especial: MPRN firma acordo com Prefeitura de Mossoró para realização de concurso público](#)



Após uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) para que o Município de Mossoró destinasse recursos para assegurar que o

déficit de profissionais para o atendimento educacional de alunos com deficiência na rede pública municipal fosse sanado, um acordo foi firmado pelas partes.

[Promotoria inspeciona escola municipal de ensino infantil e fundamental](#)

A 8ª Promotoria de Justiça de Santarém realizou juntamente com o GATI/MPPA Engenharia, no último dia 3 de junho, inspeção na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Professora Helena Lisboa de Matos, no bairro Esperança, em Santarém, nos autos do Procedimento Administrativo nº 002054-031/2021, instaurado para averiguar providências necessárias para o regular funcionamento do educandário. A inspeção atende também objetivo do Plano de Atuação Biênio 2022/2023.

[Projeto “Educação digna, inclusiva e feliz” contempla Escolas e Aldeia Indígena na periferia de Dourados](#)

O projeto “Educação digna, inclusiva e feliz”, de autoria do Promotor de Justiça João Linhares, titular da 4ª Promotoria de Justiça de Dourados, vem promovendo cidadania e inclusão na periferia de Dourados, por meio de Acordos de Não Persecução Penal, suspensões condicionais do processo e transações penais.

[MPPE recomenda implementação imediata do piso salarial nacional aos profissionais do magistério da rede pública municipal](#)

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE), por meio da Promotoria de Justiça de Bom Conselho, recomendou à Prefeitura e ao Secretário Municipal de Educação que adotem medidas necessárias para implementação imediata do piso salarial nacional a todos os profissionais do magistério da rede pública municipal, efetivos e temporários, em consonância com a Lei nº 11.738/2008, de modo que, quando abaixo do piso salarial nacional, seja concedido aumento no vencimento base inicial.

[MPMA expede Recomendação ao Município sobre oferta de educação infantil](#)

A Recomendação foi provocada por uma notícia de fato que denunciou abandono das obras da creche localizada no bairro Sebastião Régis. O MPMA frisa que o Município deve se adequar ao que dispõe a Lei 9.394, que obriga o ente municipal a oferecer educação infantil em creches e pré-escolas.

[MPPA requer serviço de apoio a jovens com deficiência na rede pública de ensino](#)

O processo surgiu após uma mãe procurar a Promotoria informando que seu filho, um adolescente com paralisia cerebral e epilepsia, não estaria recebendo o auxílio necessário para sua permanência e participação nas atividades escolares.

[MPMA requer suspensão de escolha do Conselho do Fundeb](#)

A 2ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Educação de São Luís ingressou com uma Ação Civil Pública contra o Município, na qual requer a suspensão da escolha dos integrantes do Conselho do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) realizada por meio do Edital nº 001/2022, com base no decreto nº 836/2022.

[MPGO aciona município de Valparaíso de Goiás e estado para que elaborem plano de transferência e garantam acesso de alunos a escolas](#)

O Ministério Público de Goiás (MPGO) acionou o município de Valparaíso de Goiás e o Estado de Goiás visando garantir a permanência e o acesso de alunos à escola pela transferência entre redes. O objetivo é promover uma pactuação entre as redes estadual e municipal, principalmente para atender ao critério de proximidade das escolas das casas dos alunos, por meio da construção de um plano de transferência automática.

["Observatório da Educação": Centro de Apoio Operacional da Educação do MP-AP apresenta 1ª etapa do projeto à administração superior da instituição](#)

a equipe do Centro de Apoio Operacional da Educação (CAO-EDU) apresentou, na Procuradoria-Geral de Justiça, à Administração Superior do MP-AP, a 1ª etapa do "Observatório da Educação". O projeto consiste em um hotsite que disponibilizará dados educacionais às unidades de execução do órgão ministerial, para contribuir no processo de fiscalização do emprego de recursos públicos, na implementação de políticas públicas e no controle social da educação.

[Estado e Município devem fornecer transporte para alunos de comunidade rural em 15 dias](#)

Atendendo à solicitação do Ministério Público do Maranhão (MPMA), a Justiça determinou que o Estado do Maranhão e o Município de Açailândia restabeleçam, no prazo

de 15 dias, o serviço de transporte escolar a todos os alunos da comunidade rural Surubiju, sob pena de pagamento de multa R\$ 5 mil diários, até o limite de R\$ 300 mil.

[MPMA recomenda ao Município regularizar fornecimento de merenda escolar](#)

Em Recomendação emitida nesta quinta-feira, 23, o Ministério Público do Maranhão orientou ao Município de Tutóia que regularize o fornecimento de merenda escolar na rede pública municipal de ensino. O documento foi direcionado às pessoas do prefeito Raimundo Nonato Abraão Baquil e da secretária de Educação, Daisy Filgueiras Lima Baquil, que terão o prazo de 72 horas para adotar as providências necessárias.

[Pandemia aumentou violência nas escolas, apontam participantes de Audiência Pública realizada pelo MPTO em Palmas](#)

Ciclos de palestras envolvendo os pais, criação de um centro de assistência à saúde da criança e do adolescente, fortalecer a comunicação entre as escolas e os conselhos tutelares e criar ações com foco na saúde emocional de pais, alunos e professores foram algumas das sugestões apontadas por participantes da Audiência Pública realizada pelo Ministério Público do Tocantins (MPTO). O encontro teve a finalidade de discutir medidas para o enfrentamento do crescente aumento da violência nas escolas públicas e privadas da rede estadual e municipal de ensino de Palmas.

[Pedido de liminar do MPGO é acolhido pela justiça e município de cachoeira de goiás terá de fornecer alimentação saudável a alunos](#)

Fornecer, de imediato, diária e ininterruptamente, alimentação escolar saudável e adequada a todos os alunos matriculados na pré-escola e no ensino fundamental da rede municipal – essa é a obrigação que o município de Cachoeira de Goiás terá de cumprir por determinação judicial, constante de liminar obtida pelo Ministério Público de Goiás (MPGO).



[Inclusão escolar para migrantes e refugiados foi tema de encontro](#)

Com o objetivo principal de sensibilizar os sistemas de ensino para a inclusão escolar de migrantes e refugiados, além de oferecer informações relevantes sobre o fenômeno migratório na contemporaneidade, foi realizado o encontro sobre Inclusão Escolar para Migrantes e Refugiados. O debate promovido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul e que contou com a participação do Ministério Público Federal (MPF), também oportunizou o compartilhamento de experiências, vivências e de trabalho.

[MPF apura a situação da frota de veículos para transporte escolar em 14 municípios mineiros](#)



O Ministério Público Federal (MPF) investiga a suposta inadequação da idade das frotas de veículos utilizados no transporte escolar, além da situação do georreferenciamento das rotas desse tipo de transporte em 14 municípios da Subseção Judiciária de Uberlândia (MG).

[MPF reitera pedido para suspensão dos pagamentos do Pro Aja com recursos do Fundef](#)

O MPF reiterou, em caráter de urgência, o pedido para que, no prazo de 72 horas, a Justiça Federal determine ao Estado do Piauí que suspenda imediatamente a execução financeira do Programa Alfabetização de Jovens e Adultos (Pro Aja), vinculado à Secretaria de Estado da Educação do Piauí (Seduc), e, consequentemente, todos os pagamentos destinados às entidades privadas contratadas para a prestação dos serviços de alfabetização.

[Grupo de trabalho apresenta as Diretrizes Curriculares de Educação Escolar Indígena do Estado de São Paulo](#)

O Ministério Público Federal (MPF) e a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo promovem reunião conjunta para apresentação das Diretrizes Curriculares Estaduais

para Educação Escolar Indígena. A apresentação fará parte da primeira Reunião Ordinária do Conselho Geral do Núcleo de Educação Indígena do Estado de São Paulo (NEI) em 2022. O encontro ocorrerá no auditório da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, com acesso restrito a convidados, e será transmitido ao vivo para todos os interessados pelo canal do [MPF/SP no YouTube](#).

[MPF emite Nota Técnica sobre uso de precatórios do Fundeb para pagamento de professores](#)

O Ministério Público Federal (MPF), por meio do grupo de trabalho interinstitucional (GTI) Fundef/Fundeb, emitiu nota técnica sobre o alcance temporal do abono devido ao magistério, no montante de 60% das receitas que estados e municípios receberam em precatórios da União por força de ações judiciais que tenham por objeto a complementação de parcela no âmbito do Fundeb (antigo Fundef).

[MPF investiga falta de transporte para alunos treinarem para Olimpíadas de Matemática em Alagoas](#)

O Ministério Público Federal (MPF) expediu ofícios à Secretaria de Estado da Educação de Alagoas e às secretarias municipais de Educação de Maceió, Arapiraca e de Piranhas, em busca de informações sobre o deslocamento de estudantes da rede pública de ensino dos municípios do interior para uma dessas cidades pólo para treinamento para as Olimpíadas de Matemática.

[MPF opina contrariamente a REs que questionam decisão do TJRJ que julgou inconstitucional lei estadual sobre educação](#)

Em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o Ministério Público Federal (MPF) opina pelo desprovimento de recurso extraordinário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e pelo não conhecimento de recurso extraordinário do procurador-geral do Estado do Rio. Ambos questionam decisão de Órgão Especial do Tribunal de Justiça daquela unidade federativa (TJRJ), que considerou inconstitucionais leis e normas estaduais que transferem aos municípios a responsabilidade dos encargos e serviços da educação pré-escolar e do ensino fundamental.

NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

[STF vai discutir reflexos do piso nacional no vencimento de professores da educação básica estadual](#)



O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) vai analisar a possibilidade de adoção do piso salarial nacional como base para vencimento inicial de professores da educação básica da rede pública estadual, com reflexos nos demais níveis, faixas e classes da carreira. Por maioria, os ministros reconheceram a repercussão geral da matéria, discutida no Recurso Extraordinário (RE) 1326541 (Tema 1.218).

O caso diz respeito a uma professora da educação básica que acionou a Fazenda Pública do Estado de São Paulo a fim de receber vencimentos com base no piso salarial nacional (Lei federal 11.738/2008). A 2ª Turma Cível e Criminal do Colégio Recursal de Votuporanga (SP) considerou necessário o recálculo do vencimento básico inicial e determinou o reajuste das diferenças salariais no pagamento das demais vantagens, reconhecendo os reflexos do piso nacional em toda a estrutura remuneratória da carreira do magistério estadual.

[Salário-educação deve seguir número de alunos matriculados, decide STF](#)

Por maioria, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, nesta quarta-feira (15), que as cotas estaduais e municipais cabíveis, a título de salário-educação,

sejam integralmente distribuídas, observando-se somente a proporcionalidade do número de alunos matriculados de forma linear. A decisão se deu, por maioria, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 188, ajuizada por nove estados do Nordeste. Para garantir a previsibilidade orçamentária aos gestores públicos, a decisão vale a partir de 1º de janeiro de 2024.

O salário-educação é uma contribuição social cobrada sobre o total das remunerações pagas ou creditadas pelas empresas, a qualquer título, aos segurados empregados, destinando-se à manutenção de programas, projetos e ações voltados para o financiamento da educação básica pública.

[Quarta Turma nega redução proporcional de mensalidades escolares em virtude da pandemia](#)

A Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou provimento a recurso especial interposto por uma mãe que pleiteava a redução proporcional das mensalidades escolares de seus filhos e a devolução parcial dos valores pagos durante o período de calamidade pública provocado pela pandemia da Covid-19.

[Página de Repetitivos e IACs Anotados inclui julgado sobre exame toxicológico para motorista de transporte escolar](#)

A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) atualizou a base de dados de **Repetitivos e IACs Anotados**. Foram incluídas informações a respeito do julgamento do Recurso Especial 1.834.896, classificado no ramo do direito administrativo, no assunto Código de Trânsito Brasileiro.

O acórdão estabelece a obrigatoriedade de apresentação de resultado negativo em exame toxicológico de larga janela de detecção para habilitação e renovação da carteira nacional de habilitação do motorista autônomo de transporte coletivo escolar.



[70% das crianças com 10 anos de idade encontram-se agora em situação de pobreza de aprendizagem, incapazes de ler e compreender um texto simples](#)

Em decorrência do pior choque nas áreas de educação e ensino registrado na história, a pobreza de aprendizagem aumentou em um terço nos países de baixa e média renda, onde cerca de 70% das crianças com 10 anos de idade são incapazes de compreender um texto simples, segundo o novo relatório publicado hoje pelo Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Comunidade e Desenvolvimento do Reino Unido (FCDO), a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) e a Fundação Bill & Melinda Gates. Esse índice era de 57% antes da pandemia, no entanto, agora, a crise de aprendizagem se intensificou. Esta geração de estudantes corre o risco de perder US\$ 21 trilhões em ganhos potenciais ao longo da vida em valor presente, ou o equivalente a 17% do PIB global atual, acima dos US\$ 17 trilhões estimados em 2021.

[Pesquisa relaciona fechamento das escolas e aumento da pobreza](#)

Relatório do FMI mostra que os jovens terão renda 9% menor em decorrência das escolas fechadas; recuperação das aprendizagens é imprescindível.

[Como promover uma alimentação saudável nas escolas?](#)

Ao modificar o olhar sobre a nutrição, formação incentiva práticas alimentares mais adequadas e saudáveis para as crianças

[Senado aprova dividir ensino rural entre teoria e prática](#)

O Senado aprovou nesta terça-feira (31) um projeto de lei que permite que estudantes da zona rural tenham seu período letivo dividido entre aulas teóricas em sala de

aula e atividades práticas no campo, metodologia conhecida como “pedagogia da alternância”. O texto segue para sanção presidencial.

[FNDE libera recursos para novas matrículas na educação infantil](#)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) divulgou, nesta quinta-feira (2), a lista dos municípios que estão aptos a receber o pagamento do recurso de apoio à manutenção de novas matrículas em turmas da educação infantil - creches e pré-escolas.

[MEC vai formar professores para acolher alunos imigrantes e refugiados](#)

O Ministério da Educação (MEC) vai preparar professores para facilitar o acolhimento de estudantes imigrantes e refugiados nas escolas. Para tanto, lançou hoje (9) um curso de capacitação que vai proporcionar ao docente a oportunidade de conhecer e aprofundar conhecimentos em relação à inserção destes grupos no ambiente escolar e multicultural brasileiro.

[UNICEF e Roche capacitam profissionais de mais de 500 unidades de saúde e educação infantil para promover o diagnóstico precoce e o estímulo de crianças com atraso no desenvolvimento](#)

A jornada de uma pessoa com uma doença rara muitas vezes se inicia na primeira infância. No entanto, uma criança pode levar até sete anos para a identificação de algum tipo de morbidade. Por isso, o UNICEF, prefeituras de seis cidades e a Roche se uniram para promover o diagnóstico precoce e o estímulo de crianças com atraso no desenvolvimento, deficiências e doenças raras – entre elas, a atrofia muscular espinhal e o autismo. A iniciativa Unidade Amiga da Primeira Infância (Uapi) já capacitou 1.854 profissionais de saúde de 514 unidades, sendo 400 unidades de saúde e 114 unidades de educação infantil em Belém, no Recife, no Rio de Janeiro, em Salvador, em São Luís e em Fortaleza.

[Pesquisa revela práticas indevidas na educação infantil](#)

Gritos para controlar o comportamento de crianças, ameaças e humilhações ainda são práticas que ocorrem em creches e pré-escolas que atendem bebês e crianças

com até cinco anos de idade. Estudo realizado pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) em 1,8 mil escolas de 12 cidades brasileiras verificou essa prática em 10,8% das turmas visitadas, ou seja, em praticamente uma em cada dez turmas.

[Pandemia: alunos com deficiência têm mais risco de abandono escolar](#)

Estudantes com deficiência têm mais risco de abandono escolar no retorno à escola no contexto da pandemia de covid-19. Pesquisa com dados recolhidos em dezembro de 2021 indicou que 28% dos pais ou responsáveis desses alunos tinham receio da desistência. O percentual entre os demais estudantes era de 19%.

[Senado aprova PL que inclui compromisso de alfabetização e na LDB](#)

O Senado aprovou, em votação simbólica, um projeto de lei que inclui o compromisso da educação básica com a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). De autoria do deputado federal Hugo Leal (PSD-RJ), o parecer favorável do relator na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), foi aprovado em votação simbólica.

[DATAFOLHA: modelo predominante de seleção de diretores escolares não é o ideal, segundo a maioria dos profissionais da categoria](#)

Embora mais da metade dos diretores de escolas públicas do Brasil sejam designados apenas por indicação da Secretaria de Educação, apenas 5% deles acreditam que esta é a melhor maneira de escolher um profissional para a função. Esse é um dos destaques obtidos pela pesquisa de opinião encomendada ao Datafolha pelo Todos Pela Educação e Itaú Social.

A pesquisa mostra também que 93% deles concordam (totalmente ou em parte) que os processos de seleção para a gestão escolar devem avaliar as competências técnicas dos candidatos.

[Violência nas escolas: especialistas reforçam importância de acolhimento de estudantes](#)

Acolher os estudantes, buscar a aproximação com as famílias e qualificar os profissionais da educação são algumas das ações necessárias para enfrentar o problema

da violência no ambiente escolar. Especialistas ouvidos nesta quarta-feira (8) em audiência pública da Comissão de Educação (CE), contudo, apontaram que o aumento de casos de agressões nas escolas é um reflexo de problemas de toda a sociedade e reconheceram que o desafio é grande.

[Iniciativa do tribunal de contas da união \(TCU\), em parceria com os órgãos de controle, visa desenvolver trilhas de auditoria na área da educação](#)

Em atendimento ao disposto na Lei 14.276, de 2021, que altera a regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), o Tribunal de Contas da União (TCU) divulgou um convite aos órgãos de controle interessados em desenvolver, de forma conjunta, trilhas de auditoria voltadas ao acompanhamento e à fiscalização dos recursos do Fundeb.

[FNDE publica guia de execução dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola 2022](#)

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibilizou em seu portal o Guia de Execução dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) 2022. A publicação foi elaborada para responder aos principais questionamentos realizados pelas escolas e secretarias de educação sobre o processo de execução dos recursos financeiros (aquisição de materiais e serviços) referentes ao PDDE.

[TCE-MT aponta possibilidade de pagamento de abono salarial com recursos do Fundeb](#)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) apontou a possibilidade de pagamento de abono aos profissionais da educação básica em efetivo exercício, de modo provisório e excepcional, quando a medida tiver o objetivo de assegurar a percepção de no mínimo 70% dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

[Técnicas de Mediação e Justiça Restaurativa podem reduzir violência escolar](#)

Uma pesquisa recente realizada pelo Governo do Estado mostra que de 700 escolas, 586 apresentam casos de violência de vários tipos. O dado preocupa não apenas o Poder Executivo e motivou o Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), o Ministério Público do Estado (MPMT) e Secretaria de Estado de Educação (Seduc) a realizarem uma série de

cursos de “Mediação de Conflitos Escolares e Facilitadores de Círculos de Construção de Paz”. Abertura do evento, que está com edital aberto para inscrições, ocorreu nesta segunda-feira (6), na sede das Promotorias de Justiça, em Cuiabá.

[TJMT, Ministério Público e Secretaria de Educação lançam cursos de Mediação de Conflitos Escolares](#)

O Poder Judiciário de Mato Grosso em parceria com o Ministério Público do Estado (MPE) e a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) lançam cursos de Mediação de Conflitos Escolares e Facilitadores de Círculos de Construção de Paz, destinados a gestores das unidades escolares dos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. A palestra de lançamento será realizada na próxima segunda-feira (6 de junho), às 14h, no auditório das Promotorias de Justiça de Cuiabá.

[Nota técnica do CNPG expõe preocupação com proposta de regulamentação do homeschooling](#)

O Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG) emitiu Nota Técnica sobre o ensino domiciliar, objeto do projeto de lei 3.179/12, aprovado na Câmara dos Deputados, que propõe a regulamentação do homeschooling. Emitida pelas Comissões da Infância e Juventude (Copeij) e de Educação (Copeduc), integrantes do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho, a Nota explicita a “profunda preocupação com a inversão de prioridades relacionadas à educação nacional”, uma vez que a tramitação do PL, no momento atual, “viola inclusive o Plano Nacional de Educação”.

Na Nota, o CNPG destaca a necessidade de o Senado analisar com “prudência” o PL. “O Congresso Nacional, por força do artigo 5º, II, da mesma Lei Estruturante, é garantidor e responsável pelo monitoramento da execução e cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação, sendo, no mínimo, disfuncional que antecipe e acelere a tramitação de proposta legislativa absolutamente divorciada e contrária ao que decorre do artigo 214 da CF e da Lei nº13.005/2014. O Ministério Público Brasileiro confia que o Senado cuidará que o tramitar deste PL seja feito com a prudência que o tema merece e por certo não o fará em regime de urgência”. [006.2022-Nota-Técnica-sobre-Homeschooling-COPEDUC-COPEIJ-Assinado-1](#)



ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

[LEI Nº 14.333, DE 4 DE MAIO DE 2022](#) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a garantia de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados à idade e às necessidades específicas de cada aluno.

[LEI Nº 14.407, DE 12 DE JULHO DE 2022](#) - Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura.

[LEI Nº 11.778, DE 24 DE MAIO DE 2022.](#) - Dispõe sobre o desenvolvimento de ações que visem à utilização de recursos de tecnologia assistiva para os alunos com deficiência nos estabelecimentos de ensino da rede pública do Estado de Mato Grosso e dá outras providências.

[LEI Nº 11.821, DE 28 DE JUNHO DE 2022 - DO 29.06.22.](#) - Autoriza municípios a estabelecerem que os agentes de educação infantil passem a ser considerados como professores de educação infantil, na forma que menciona.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional de Educação

Ministério Público do Estado de Mato Grosso

65 3611-0600

www.mpmt.mp.br